



**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**PARECER JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 225/2025**

**PROCESSO Nº 20159/2025**

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal que "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE VALOR ADICIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E CONCESSÃO DE ABONO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A competência privativa do Poder Executivo Municipal está inserida nos artigos 31, inciso III e 58, inciso I e seguintes da Lei Orgânica Municipal. (verbis)

Art. 31 – A iniciativa das Leis cabe à Mesa, a Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

(...)

III - servidores públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Art. 58 – Compete ao Prefeito Municipal, entre outras atribuições:

I – a iniciativa da lei, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

Preliminarmente, devemos destacar a justificativa do chefe do Poder Executivo para a aprovação do presente projeto de Lei.

O projeto de lei em análise, visa conceder o pagamento de valor adicional no montante de R\$ 1.280,00 (um mil, duzentos e oitenta reais), dividido em duas parcelas de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), sendo a primeira a ser creditada no ticket alimentação do mês de dezembro de 2025 e a segunda a ser creditada no ticket alimentação do mês de janeiro de 2026, destinado aos servidores públicos ativos da





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Administração Direta e Indireta do Município de Linhares, abrangendo os servidores vinculados ao IPASLI, à FACELI e ao SAAE.

Quadra registrar que o presente projeto tem como justificativa a valorização do funcionalismo público, reconhecendo a dedicação dos servidores municipais, e que a proposta não compromete a saúde financeira do Município, encontrando respaldo técnico, orçamentário e jurídico para sua execução.

Sobre a legalidade do pagamento de abono pecuniário nosso Tribunal de Contas já se manifestou também no PARECER/CONSULTA TC-002/2015 – PLENÁRIO nos seguintes termos:

“Sobre o pagamento de abono para servidores públicos ressalta-se que não há óbice constitucional a concessão deste benefício pela Administração Pública, em caráter eventual, configurando-se espécie de incentivo à categoria, que não está relacionada a nenhuma hipótese de incidência específica.

Há que se atentar, contudo, que a forma de concessão do referido benefício, nos termos previstos pelo artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, deve ser por lei específica, uma vez que esta é a exigência para a fixação de qualquer espécie remuneratória aos servidores estatais, devendo ser respeitada a iniciativa privativa em cada caso, conforme a seguir se expõe ...”.

Dito isso, registre-se que o pagamento do valor adicional, por meio de incremento temporário no ticket alimentação, e do abono aos inativos e pensionistas, por meio de crédito em folha, possuem caráter eventual, em que o Poder Público como forma de incentivar os servidores públicos oferece o presente valor adicional/abono, sem que os mesmos se incorporem ao seu vencimento ou provento para qualquer efeito, como também se coaduna com o objetivo de promover melhor distribuição de renda e dinamização da economia local, uma vez que tais recursos retornam ao comércio e aos serviços do Município, gerando impactos positivos na circulação econômica.

Vale ressaltar, por oportuno, que o chefe do Poder Executivo deve se atentar aos preceitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei Orçamentária em





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

vigência, bem como aos ditames da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo observar os ditames do artigo 21, incisos I e II da Lei nº 101/2000, senão vejamos:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

De toda a sorte, vislumbro carreado ao presente projeto (fls. 08/09) as informações que comprovem o atendimento ao artigo 123 da Lei Orgânica Municipal de Linhares, senão vejamos:

Art. 123 As despesas com o pessoal ativo e inativo do Município não poderão exceder aos limites estabelecidos em lei municipal obedecidas às legislações Federal e Estadual.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só deverão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente, para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Essas são as considerações sobre os aspectos jurídicos/legais do presente projeto.





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

No que tange a técnica legislativa e de redação, verificamos que o projeto ora analisado apresenta os parâmetros exigidos pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

Tendo em vista o que preconiza o parágrafo único do art. 69 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, o presente Projeto de Lei deverá tramitar preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como ter seu mérito analisado pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento e Fiscalização uma vez que a matéria do presente projeto encontra-se dentro de suas competências previstas regimentalmente.

Por fim, as deliberações do Plenário serão tomadas por MAIORIA ABSOLUTA, e o processo de votação será NOMINAL, conforme estabelecem os artigos 136, II e 156, §1º, respectivamente, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Assim, a PROCURADORIA da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do projeto em destaque, bem como pelas razões acima expostas, se manifesta pela sua viabilidade jurídica.

É o parecer, s.m.j.

Plenário "Joaquim Calmon", aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

**JOÃO PAULO LECCO PESSOTTI**

Procurador Jurídico



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310037003700360038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOAO PAULO LECCO PESSOTTI** em **02/12/2025 15:52**

Checksum: **9A0585CC726559D6E1662A4E387D60FDE6205A9B8006CC6D79E7D49E8411729D**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 3100310037003700360038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.